**Boletim Conjuntural Semana 46/2026 – 12 de novembro de 2026**

MANDIOCA .....2
SOJA e MILHO .....3
FRUTAS e HORTALIÇAS.....3
MEL .....5
SUÍNOS .....8

O Boletim Conjuntural desta semana reúne informações sobre a colheita da mandioca, o andamento da safra de grãos, o mercado de exportações de mel e suínos, além de eventos para o fomento da fruticultura regional.

Na cultura da mandioca, a colheita já ultrapassa os 80% no Paraná, mas a produção deve ser inferior à de 2025 devido à menor produtividade e aos atrasos provocados pelo excesso de chuvas, embora os preços ao produtor sigam em franca recuperação.

Nas exportações, o setor apícola registrou queda no volume e na receita de mel comercializado entre janeiro e setembro, apesar da valorização do produto no mercado internacional.

Já na suinocultura, as cotações do animal vivo apresentaram forte alta em outubro e os embarques brasileiros cresceram. Contudo, o setor acende um sinal de alerta com a suspensão temporária de importações anunciada pelas Filipinas, principal destino da carne suína paranaense.

No campo, o plantio da safra de soja 2026/27 segue atrasado em decorrência das condições climáticas desfavoráveis e do excesso de chuvas, enquanto a semeadura do milho já está praticamente finalizada.

No âmbito das frutas e hortaliças, a região de Campo Mourão, historicamente voltada à produção de cereais, busca expandir e dinamizar o segmento com a realização do Encontro Técnico de Fruticultura em Corumbataí do Sul, focado em novas perspectivas para os agricultores.

Boa leitura!


***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

## MANDIOCA

***Eng. Agrônomo C. Hugo W. Godinho***

A área de mandioca a ser colhida no Paraná em 2026 está estimada em 154 mil hectares, dos quais mais de 80% já foram colhidos. Apesar da maior área colhida, 7% superior à do ano anterior, a produção atualmente estimada é de 3,8 milhões de toneladas, volume inferior ao registrado em 2025. Essa redução decorre da produtividade média mais baixa em relação ao ano anterior, não compensada pelo aumento da participação das lavouras de segundo ciclo.

Para a próxima safra, a tendência é de redução da área destinada a novos plantios, reflexo da rentabilidade limitada observada anteriormente e dos custos de implantação e arrendamento. A manutenção de áreas conduzidas por dois ciclos, entretanto, deverá amenizar os efeitos dessa retração sobre a oferta de raízes.

Entre setembro e novembro, o elevado volume de chuvas registrado no Paraná dificultou tanto a colheita quanto a implantação de novas lavouras. A umidade excessiva do solo restringiu o acesso de máquinas e caminhões, provocando interrupções e atrasos nas operações. Nas áreas recém-implantadas, foram registrados danos em terraços e curvas de nível, processos erosivos e prejuízos às lavouras, especialmente em terrenos mais suscetíveis ao escoamento superficial. Esse cenário merece atenção, considerando que aproximadamente dois terços da produção estadual de mandioca se concentram na Região Noroeste, onde os solos apresentam maior fragilidade.

No mercado, os preços recebidos pelos produtores paranaenses apresentaram recuperação nos últimos meses. Em outubro, a média estadual foi de R$ 582,37 por tonelada, valor aproximadamente 7% superior ao registrado no mesmo mês de 2025. Em novembro, as cotações caminham para o quinto mês consecutivo de alta, com preços superiores a R$ 600,00 por tonelada em todas as praças pesquisadas nos últimos dias, melhorando a remuneração dos mandiocultores. A valorização ocorre em um contexto de disponibilidade de matéria-prima inferior à esperada, enquanto a demanda industrial continua sustentando o mercado. Em 2025, as fecularias processaram um volume maior de raízes e ampliaram a produção de fécula no Paraná, estado responsável por aproximadamente

68% da produção nacional, consolidando sua posição como principal polo brasileiro desse segmento, segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (Abam).

## SOJA e MILHO

***Adm. Edmar Wardensk Gervasio***

O plantio da safra de soja 2026/27 segue atrasado no Estado do Paraná. Na última semana, as condições climáticas foram desfavoráveis. A passagem de uma frente fria provocou chuvas em todo o Estado, prejudicando o avanço da semeadura. Nesta semana, o relatório do Deral apontou que 79% dos mais de 5,7 milhões de hectares previstos para este ciclo já foram plantados. Comparativamente, em média, nas últimas três safras o plantio da safra de soja neste período ultrapassa 87% da área esperada.

No campo, as lavouras já implantadas apresentam situações distintas. Há áreas com bom desenvolvimento, mas também são frequentes os relatos de danos pontuais decorrentes das condições climáticas, como granizo, vendavais e excesso de chuvas. Em comparação com a semana anterior, houve redução de um ponto percentual na proporção de lavouras em boas condições. O último levantamento aponta que 84% das áreas estão em condição boa, 15% em condição mediana e apenas 1% em condição ruim.

Já a safra de milho está com os trabalhos de plantio praticamente finalizados no Estado. O percentual de semeadura atingiu 98% dos mais de 370 mil hectares estimados para este ciclo.

## FRUTAS e HORTALIÇAS

***Eng. Agrônomo Paulo F. de Souza Andrade***

O Núcleo Regional (NR) de Campo Mourão, nomenclatura administrativa da SEAB – tem no conjunto uma produção de frutas ao largo das principais regiões produtoras do estado sendo a menor área de pomares no Paraná.

Com um Valor Bruto da Produção/VBP - aferido em 2025 por este Departamento - de R$ 13,5 bilhões e sua economia rural focada no cultivo da Soja 1ª safra (R$ 4,6 bilhões), no Milho 2ª safra (R$ 3,0 bilhões) e na Avicultura de Corte (R$ 2,6 bilhões), que juntos respondem por 75,6% de toda a renda bruta gerada nos campos do NR.

A fruticultura, com 298,0 hectares (ha) representa 0,5% do total estadual do

setor para uma produção de 5,3 mil toneladas (t) e com um VBP regional de R$ 17,3 milhões, participam com 0,4% ambas os indicadores. **(FRUTI/PR 2025: 56,2 mil ha; 1,5 milhão de t e R$ 4,3 bilhões).**

Vinte espécies são exploradas na região, das 35 espécies de frutas cultivadas no estado, com o Morango (18,1%), a Melancia (15,0%), o Maracujá (13,6%), a Banana (9,4%) e o Abacate (9,2%), sendo as principais espécies em densidade econômica, respondendo por 65,2% do VBP do Núcleo.

Os municípios de Corumbataí do Sul (19,9%), Moreira Sales (10,8%), Terra Boa (10,3%), Roncador (9,3%) e Barbosa Ferraz (7,6%), juntos respondem por 57,9% das atividades nos pomares e são um oásis num oceano de grãos e cereais. Não analisaremos aqui as questões agrárias e topográficas que norteiam os negócios da agricultura regional.

Na busca de ampliar a visão do segmento será realizado no próximo dia 13/11, sexta-feira, em Corumbataí do Sul, o Encontro Técnico de Fruticultura com a presença de extensionistas rurais do IDR/PR, este DERAL e da Coaprocor uma cooperativa de agricultores familiares que tem uma presença forte no mercado de polpa de frutas estadual e nacional, norteando para uma dinamização para novos tempos da atividade na região.






***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

## MEL

***Méd. Veterinário Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva***

De acordo com dados do sistema Agrostat Brasil, vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), as exportações brasileiras de mel in natura atingiram um total de 26.714 toneladas nos primeiros nove meses de 2026.

O volume representa um recuo de 6,9% em comparação ao mesmo período de 2025, quando foram embarcadas 28.707 toneladas.

Em termos de faturamento, a receita em dólares alcançou US$ 94,118 milhões, refletindo uma redução de 2,3% em relação aos US$ 96,371 milhões obtidos no ano anterior.

Apesar da queda no volume e na receita global, o produto apresentou valorização no mercado internacional: o preço médio nacional da tonelada subiu 4,9%, saltando de US$ 3.357,05 (US$ 3,36 por quilo) para US$ 3.523,17 (US$ 3,52 por quilo).

A retração nas exportações acumuladas do ano foi fortemente influenciada pelos resultados do mês de setembro, período em que os reveses tarifários e regulatórios se intensificaram.

Em setembro de 2026, as empresas brasileiras embarcaram 1.637 toneladas de mel, volume 41,6% inferior às 2.802 toneladas registradas em igual mês do ano anterior.

O faturamento mensal acompanhou o ritmo de queda e somou US$ 5,430 milhões, valor 40,5% menor do que os US$ 10,127 milhões obtidos em setembro de 2025.

O preço médio por tonelada no mês também sofreu desvalorização, recuando 8,2% e fechando em US$ 3.317,24, contra US$ 3.614,15 no ano anterior.

No âmbito estadual, o acumulado de janeiro a setembro consolidou uma reorganização nas primeiras posições do ranking de exportadores.

O estado de Santa Catarina assumiu a liderança nacional com US$ 28,080 milhões em receita e 7.879 toneladas exportadas a um preço médio de US$ 3,56 por quilo.

O desempenho catarinense representou um crescimento expressivo em relação a 2025, quando o estado havia registrado US$ 14,828 milhões e 4.363 toneladas, o que equivale a altas de 80,6% no volume e 89,4% no faturamento cambial.



***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**

Minas Gerais passou a ocupar o segundo lugar, somando US$ 16,091 milhões em receita e 4.454 toneladas comercializadas a US$ 3,61 por quilo, enfrentando quedas de 24,8% em volume e 19,2% em receita na comparação com 2025 (5.921 toneladas e US$ 19,915 milhões).

O Paraná recuou para a terceira posição ao registrar US$ 12,957 milhões e 3.669 toneladas a US$ 3.523,96 por tonelada (+5,9% no preço médio). O resultado paranaense refletiu baixas de 30,8% no volume embarcado (ante 5.301 toneladas em 2025) e de 26,7% na receita cambial (ante US$ 17,673 milhões).

Completando o grupo dos cinco maiores exportadores no acumulado do ano, o Piauí figurou na quarta colocação com 3.391 toneladas e US$ 11,683 milhões (quedas de 16,5% em volume e 40,3% em receita), seguido por São Paulo na quinta posição, registrando 2.664 toneladas e US$ 9,001 milhões, desempenho que marcou fortes avanços de 45,3% no volume e 45,1% na receita.

Entre os demais estados exportadores no período, destacaram-se o Ceará (1.354 t e US$ 4,865 milhões), o Rio Grande do Sul (1.360 t e US$ 4,617 milhões), a Bahia (939 t e US$ 3,334 milhões) e o Maranhão (608 t e US$ 2,130 milhões).

A análise isolada do mês de setembro revela que os dois principais estados exportadores da Região Sul sofreram fortes contrações pontuais.

Santa Catarina registrou a exportação de 258 toneladas e US$ 892.833 no mês, uma queda de 70,4% em volume e 72,2% em receita em relação a setembro de 2025 (885 toneladas e US$ 3,206 milhões).

Já o Paraná exportou 161 toneladas e US$ 556.564, apontando recuos severos de 73,2% no volume (ante 601 toneladas) e de 74,7% na receita (ante US$ 2,202 milhões), além de uma retração de 10,7% no preço médio obtido por tonelada, que passou de US$ 3.871,59 para US$ 3.456,92.

Em relação aos destinos comerciais, os Estados Unidos da América mantiveram a liderança isolada como principal comprador do mel brasileiro, absorvendo 67,9% de todo o volume exportado de janeiro a setembro de 2026.

Ao todo, os norte-americanos adquiriram 18.147 toneladas, gerando uma

receita cambial de US$ 64,835 milhões a um preço médio de US$ 3.547,99 por tonelada (US$ 3,55 por quilo).

No entanto, o volume embarcado para os EUA acumulou uma queda de 26,0% e a receita caiu 21,6% na comparação com o ano anterior, quando haviam sido compradas 24.530 toneladas por US$ 82,144 milhões.

A nota positiva na relação comercial com os EUA no acumulado do ano foi a valorização de 5,9% no preço médio da tonelada de mel.

Por outro lado, o cenário mensal com o mercado norte-americano em setembro apresentou desaceleração acentuada.

Os EUA importaram apenas 706 toneladas de mel brasileiro no mês, gerando US$ 2,433 milhões, o que representou retração de 69,8% no volume e de 71,2% na receita cambial em comparação a setembro de 2025, período em que haviam sido embarcadas 2.338 toneladas e faturados US$ 8,448 milhões.

O valor médio pago por tonelada pelos EUA em setembro também caiu 4,6%, reduzindo-se de US$ 3.613,45 para US$ 3.445,69.

A menor demanda por parte dos Estados Unidos foi amortecida pelo crescimento das compras em destinos tradicionais e pela entrada de novos parceiros comerciais.

No acumulado até setembro, as exportações brasileiras registraram forte expansão de volume para a Alemanha (+283,8%, somando 3.113 toneladas e US$ 11,196 milhões), para o Canadá (+51,7%, totalizando 3.352 toneladas e US$ 11,620 milhões) e para o Reino Unido (+75,2%, somando 1.039 toneladas e US$ 3,602 milhões).

O faturamento nesses países também subiu significativamente, com variações positivas de 295,6% na Alemanha, 59,9% no Canadá e 85,5% no Reino Unido.

Além disso, o setor apícola abriu espaço em mercados emergentes e complementares, destacando-se os embarques para Espanha (390 toneladas e US$ 1,061 milhão), Países Baixos (143 toneladas e US$ 547.874), Portugal (162 toneladas e US$ 429.398), Filipinas (116 toneladas e US$ 417.053) e Polônia (124 toneladas e US$ 292.384).

Em síntese, o setor apícola brasileiro enfrentou desafios consideráveis ao longo de 2026, decorrentes sobretudo de aumentos tarifários impostos pelos Estados

Unidos e de restrições regulatórias no mercado europeu.

Embora a diversificação de compradores e o aumento no preço médio acumulado do mel tenham mitigado parte das perdas globais entre janeiro e setembro, a retração observada nos embarques de setembro acende um sinal de alerta para a performance do setor no encerramento do ano.

## SUÍNOS

***Méd. Veterinário Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva***
***Méd. Veterinário Thiago De Marchi da Silva***

Segundo a análise quinzenal do Cepea, o mercado de carne suína apresentou recuperação expressiva em outubro, com valorização do suíno vivo em diferentes regiões acompanhadas pelo Centro de Estudos. No Norte do Paraná, o quilo foi negociado, em média, a R$ 6,01, enquanto em São Paulo a cotação alcançou R$ 6,57, representando avanços mensais de 32% e 29,8%, respectivamente. O cenário foi sustentado pela menor disponibilidade de animais prontos para o abate e pela maior procura dos frigoríficos. No mercado atacadista, a carcaça especial suína também registrou alta, chegando a R$ 9,79/kg na Grande São Paulo, elevação de 26,6% frente a setembro.

O setor ainda apresenta preços inferiores aos observados no mesmo período de 2025, mesmo com a alta nas cotações. Em termos reais, o suíno vivo na região de São Paulo acumulou desvalorização de 26,9% em um ano, enquanto a carcaça especial permaneceu 21,9% abaixo do patamar de outubro passado. Conforme o Cepea, embora a procura tenha sustentado os negócios durante boa parte do mês, houve redução no ritmo das compras na segunda quinzena, refletindo a tradicional restrição orçamentária desse período.

### Exportações

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Brasil embarcou 147,5 mil toneladas da proteína em outubro — somando produtos in natura e processados —, o que representa um avanço de 2,4% na comparação com as 144,1 mil toneladas registradas no mesmo mês de 2025.

O volume gerou uma receita cambial de US$ 315,7 milhões no mês, ante US$

343,7 milhões obtidos em outubro do ano anterior.

Com esse desempenho, o acumulado de janeiro a outubro de 2026 alcançou a marca expressiva de 1,3 milhão de toneladas, volume 5,8% superior ao de igual período de 2025 e que movimentou uma receita acumulada de US$ 3,1 bilhões (+0,2% frente aos US$ 3,0 bilhões de 2025).

As Filipinas mantiveram-se como o principal destino dos embarques brasileiros em outubro, absorvendo 34,7 mil toneladas — embora o volume tenha registrado uma retração de 25,1% em relação às 46,3 mil toneladas de outubro de 2025.

O resultado mensal foi compensado pela forte aceleração das compras do Japão, que somaram 17,5 mil toneladas (+62,3%, ante 10,8 mil toneladas); do Chile, com 12,4 mil toneladas (+57,1%, ante 7,9 mil toneladas); e da China, com 11,9 mil toneladas (+18,8%, ante 10,0 mil toneladas).

Em contrapartida, o México registrou recuo de 23,0%, somando 7,7 mil toneladas (ante 10,1 mil toneladas).

No acumulado dos dez primeiros meses do ano, o ranking dos compradores globais permaneceu liderado pelas Filipinas, com 318,1 mil toneladas (-1,2% ante 322,1 mil toneladas em 2025), seguidas por Japão, com 160,7 mil toneladas (+68,6%); China, com 112,0 mil toneladas (-21,2%); Chile, com 109,9 mil toneladas (+9,8%); e Hong Kong, com 76,3 mil toneladas (-16,9%).

No plano estadual, Santa Catarina consolidou sua liderança nacional nos embarques de outubro, com 72,9 mil toneladas (+5,5% em relação às 69,1 mil toneladas do mesmo mês de 2025).

O Rio Grande do Sul ocupou a segunda posição, com 34,6 mil toneladas (-5,3%, ante 36,5 mil toneladas), seguido pelo Paraná, na terceira posição, com 24,1 mil toneladas (+8,2%, ante 22,2 mil toneladas).

Minas Gerais enviou 4,2 mil toneladas (+11,0%, ante 3,8 mil toneladas) e o Mato Grosso registrou 4,2 mil toneladas (+19,6%, ante 3,5 mil toneladas).

Conforme avalia a ABPA, o crescimento acumulado reforça a trajetória positiva do setor em 2026, amparado pela manutenção das Filipinas como mercado prioritário e pelos expressivos avanços em praças estratégicas como Japão, Chile e China.

Contudo, um novo fator crítico surgiu no radar da suinocultura nacional e acendeu o sinal de alerta entre os exportadores.

O governo das Filipinas anunciou a suspensão temporária, por 60 dias, da importação de diversas categorias de carne suína fresca, refrigerada e congelada — como carcaças, meias carcaças, presuntos, paletas, cortes com osso e miúdos comestíveis.

A medida foi formalizada pela Ordem Departamental nº 33 do Departamento de Agricultura filipino e entrará em vigor no dia 24 de novembro.

O objetivo alegado pela administração filipina é conter a oferta externa para proteger os suinocultores locais e recuperar os preços pagos aos produtores do país.

A restrição comercial insere-se em um contexto regulatório mais amplo. Em 9 de outubro, o governo filipino abriu uma investigação formal de salvaguardas, devidamente comunicada à Organização Mundial do Comércio (OMC) no dia 21 do mesmo mês.

O procedimento busca determinar juridicamente se a escalada nos volumes importados causou ou ameaça causar prejuízos graves à indústria doméstica filipina, pré-requisito exigido pelas regras do comércio internacional para a imposição de barreiras ou tarifas de proteção de caráter temporário.

O impacto dessa suspensão é expressivo para o agronegócio brasileiro devido à centralidade que o mercado filipino adquiriu nos últimos anos.

Segundo dados do sistema Agrostat, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), as Filipinas foram o destino de 381.272 toneladas de carne suína brasileira em 2025, movimentando US$ 885,077 milhões.

Esse resultado representou um salto vertiginoso de 60,2% em volume frente a 2024 (quando foram embarcadas 238.068 toneladas, num total de US$ 545,045 milhões) e significou nada menos que 25,9% de todo o volume exportado pelo Brasil no setor naquele ano, que somou 1.470.691 toneladas.

Essa dependência comercial reflete-se de forma direta na economia do Paraná, terceiro maior exportador de carne suína e produtos do setor no país. Em 2025, o estado enviou 41.519 toneladas da proteína às Filipinas, gerando uma receita de US$ 99,631 milhões.

O número representa uma expansão astronômica de 306,1% em comparação a 2024, quando o estado comercializou 10.223 toneladas (US$ 27,942 milhões) com o mercado filipino.

Para mensurar essa relevância, o volume vendido pelo Paraná às Filipinas em 2025 respondeu por 2,8% de todas as exportações brasileiras do setor naquele ano (1.470.691 toneladas) e equivale a 17,6% de todo o volume exportado pelo estado em 2025 (235.998 toneladas), tornando o acompanhamento do contencioso das salvaguardas um tema de vital importância para os produtores e para a economia paranaense.


***Reprodução autorizada desde que citada a fonte**